RELATÓRIO SGC UT FIDC NP - 2T2025

SGC UT FIDC NP

Analista Responsável **NATALIA SEGATO**

Diretor Técnico **MAURÍCIO BASSI RINCÓN**

16 De Julho De 2025

RATINGS

LEGENDA ↑ AUMENTO ↓ REBAIXAMENTO ✓ CONFIRMAÇÃO
REVISÃO ATRIBUIÇÃO ✕ ENCERRAMENTO

FE0073-2020- FIDC - SENIOR	**CCC(FE)** ✓ **LONGO: ESTÁVEL**
FE0074-2020- FIDC - SUBORDINADA	**C(FE)** ✓ **LONGO: ESTÁVEL**

CLASSIFICAÇÕES

FE0073-2020 / FIDC - Senior / 28.549.910/0001-47

Confirmação do Rating CCC(FE) Longo prazo - Perspectiva Estável em 16 de julho de 2025

Rating Inicial: Atribuição do Rating CCC(FE) Longo prazo - Perspectiva Estável em 3 de novembro de 2020

FE0074-2020 / FIDC - Subordinada / 28.549.910/0001-47

Confirmação do Rating C(FE) Longo prazo - Perspectiva Estável em 16 de julho de 2025

Rating Inicial: Atribuição do Rating C(FE) Longo prazo - Perspectiva Estável em 3 de novembro de 2020

SOBRE O COMITÊ

O Comitê de Rating referente a este relatório foi realizado em 16/07/2025, registrado sob o número de ata , e conduzido em conformidade com a POL-08 - Política de Comitê, garantindo aderência às diretrizes e boas práticas estabelecidas para o processo de avaliação. A política completa pode ser acessada em www.liberumratings.com.br.

FUNDAMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Liberum Ratings confirmou a classificação de risco CCC de longo prazo para as cotas Senior, e C de longo prazo para as cotas Subordinada Júnior, do SGC UT FIDC NP, com perspectiva estável.

Os ratings das cotas do SGC UT FIDC-NP levam em consideração as características estruturais do FIDC. Foram fortemente ponderadas as características de seu regulamento que tem por objeto a aquisição de direitos creditórios oriundos de ações judiciais no Brasil movidas contra entes públicos.

Desta forma, o desempenho das cotas depende em grande medida da (i) evolução e do sucesso dos trâmites judiciais e burocráticos dos casos cedidos em suas respectivas etapas no ato da aquisição, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão de fato efetuados ou, caso o sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores previstos pelas partes envolvidas do fundo, de modo que tais ativos não possuem um fluxo bem definido de recebimentos, e, portanto, existe um potencial risco de falta de liquidez por longos períodos. Isso pesa ainda mais quando se leva em consideração que os recursos podem ter exposição de até 100% em um mesmo direito creditório, sendo que qualquer adição de novas ações e/ou precatórios devem passar pela aprovação em assembleia geral de cotistas; (ii) da capacidade de pagamento dos órgãos da administração direta e indireta dos entes federativos; e (iii) uma vez emitidos os precatórios, da sua inclusão no orçamento público, o que, dentro do contexto atual, com o aumento do nível de endividamento, permanece permeado de incertezas.

Dentro desse contexto, observa-se que atualmente a carteira é composta por um direito creditório de ações judiciais referentes a litígios entre Usinas de Açúcar e Álcool e a União Federal referente a política de preço estabelecida pelo extinto Instituto de Açúcar e Álcool (IAA). Ademais, as aplicações realizadas no Fundo não contarem com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora Especializada, do Custodiante ou de quaisquer terceiros, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Juniores não possuem outros mecanismos de proteção e cobertura, sendo que a diferenciação entre os dois tipos de Cotas só se dá para efeitos de preferência em seus resgates/amortizações, de maneira que ambas estão mais suscetíveis aos movimentos da carteira, sejam eles positivos ou negativos.

Com isso em vista, a Liberum Ratings avalia que essas ativos possuem alto grau de risco especulativo, tendo em vista que, além do risco de falta de liquidez por um longo período, o que pode provocar oscilações expressivas na rentabilidade das Cotas, não se tem qualquer definição se de fato as ações adquiridas serão bem-sucedidas em seus respectivos processos, sendo que os cotistas poderão sofrer perdas em decorrência do valor da cessão, dos custos de monitoramento, bem como dos custos judiciais e extrajudiciais, entre outros ônus que se façam necessários.

CARACTERÍSTICAS E PARTES ENVOLVIDAS

Emitente	SGC UT FIDC NP
CNPJ	28.549.910/0001-47
Data de Registro	04/12/2017
Condomínio	Fechado
Fundo Exclusivo	Não
Prazo de Funcionamento	12 anos
Principais Ativos	direitos creditórios decorrentes da Ação Judicial e de Ação de Execução
Taxa Mínima de Cessão	N/A
Concentração Maior Cedente	N/A
Concentração Maior Sacado	N/A
Administrador	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Custodiante	Banco BTG Pactual S.A.
Gestor	QUADRA GESTÃO DE RECURSOS LTDA

CARACTERÍSTICAS DOS ATIVOS

FIDC - SENIOR

Data da emissão	outubro/20
Valor Unitário de Emissão	R$ 1,00
Quantidade de Cotas na Emissão	71.424.552
Valor Global da Emissão	R$ 71.424.552,47
Remuneração Alvo	N/A
Amortização / Resgate	As Cotas terão prazo de 8 anos contados da data da primeira integralização das Cotas Sênior, quando serão integralmente resgatadas pelo Fundo; ou a critério do gestor.
Subordinação Mínima (% do PL)	0%

FIDC - SUBORDINADA

Data da emissão	out/20
Valor Unitário de Emissão	R$ 1,00
Quantidade de Cotas na Emissão	721.460
Valor Global da Emissão	R$ 721.460,13
Amortização / Resgate	a critério do Gestor, após o resgate integral das Cotas Sênior

DESEMPENHO DE FUNDO

Durante o 2T de 2025, o SGC UT FIDC NP manteve-se dentro do comportamento previsto para esse tipo de lastro. Em junho de 2025, o Fundo apresentou um patrimônio líquido de R$ 70,7 milhões, possuindo R$ 70,0 milhões alocados em Créditos a Vencer. Não houve alterações significativas nos indicadores do fundo durante o trimestre. Não houve captações ou amortizações ao longo do trimestre.

VETORES DE RATING

Dentre os fatores que podem impactar na classificações de risco atribuídas, podemos citar: deterioração na capacidade de pagamento dos devedores das ações que darão origem aos direitos creditórios que, por sua vez, irão compor a carteira do Fundo, a concentração relevante do portfólio do Fundo em direitos creditórios específicos, mudanças nas regras legais que regulamentam o pagamento de ações judiciais e outras alterações judiciais, revertendo-se em impacto negativo no fluxo de caixa do Fundo, insucesso ou protelamento de ações associadas aos direitos creditórios do Fundo, entre outros fatores.

FLUXO DE CAIXA/LIQUIDEZ

A amortização poderá ocorrer a qualquer tempo durante a operação do FIDC, mediante critério do Gestor, o que é condizente com o tipo de ativo alvo do fundo. No que tange aos direitos creditórios, notadamente as ações judiciais, o prazo necessário à expedição do precatório pode variar de meses a anos, caso existam recursos pendentes de decisão. Somente após a emissão do precatório e a inclusão do mesmo na Lei Orçamentária, o pagamento em parcelas anuais ou parcela única será iniciado.
Vale ressaltar que não há regras para o tempo de emissão de precatório, o que implica em imprevisibilidade de pagamento aos cotistas, bem como, a cota poderá sofrer com rentabilidades negativas em função dos custos operacionais do Fundo.

CONSIDERAÇÕES DO RATING

Perfil dos direitos Creditórios da Carteira. O regulamento do Fundo permite que os direitos creditórios sejam compostos de ações judiciais contra órgãos da administração pública, destacando-se direitos creditórios originados da órgãos da administração direta dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) ou órgãos da administração indireta (sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias e fundações) com sentença transitada em julgado ou não, prolatadas ou que serão prolatadas no curso de ações judiciais contra os entes federativos, cujos créditos poderão ser representados por precatórios já emitidos ou a serem emitidos em virtude de execução das sentenças respectivas, que poderão prever, conforme sua origem e natureza, incidência de juros e correção monetária; e/ou (ii) direitos relativos a honorários advocatícios relacionados aos créditos anteriormente mencionados. Atualmente a carteira é composta por um direito creditório de ações judiciais referente ao litígio entre Usinas de Acuçar e Alcool, originada pela Agroindustrial Tabu S.A contra a União Federal referente a política de preço estabelecida pelo extinto Instituto de Açucar e Alcool (IAA). A Liberum Ratings teve acesso ao contrato de cessão dos respectivos direitos creditórios e pode verificar que as ações judiciais do originador citado acima foram adquiridas com um relevante deságio (valor de face - expectativa de recebimento x valor aquisição) e possui respaldo (parecer jurídico/legal opinion/ acompanhamento) de agentes especializados.

Indefinição do Estágio da Ação Judicial ou Precatório. Não há uma definição no regulamento do Fundo, em qual estágio Direitos Creditórios vinculados as ações judiciais ou precatórios devam ser adquiridos pelo Fundo. Sendo assim, é possível que medidas judiciais pendentes, ajuizadas pelos devedores ou terceiros (e.g. Ministério Público), atrasem o pagamento ou afetem a validade, existência ou montante dos Direitos Creditórios. Dentre tais medidas pode citar-se, por exemplo, ação rescisória (e.g. fundada em violação literal a disposições legais ou existência de erro material), ação civil pública (e.g. contestando laudos periciais, etc.), medida cautelar ou agravo de instrumento (e.g. requerendo suspensão da expedição de alvará de levantamentos de parcelas), dentre outras.

Ausência de limites de concentração por natureza/origem do direito creditório. Não há qualquer restrição quanto à concentração em direitos creditórios de características similares, como ente emissor (União, Estados ou Municípios), natureza (alimentar ou não-alimentar) ou origem da causa (desapropriação, diferenças salariais, entre outros), bem como concentração do sacado, podendo o Fundo concentrar em uma única ação judicial e/ou precatório.

Histórico do Fundo. O Fundo possui histórico desde dez/17, nesse período não é possível observar nenhum pagamento de amortização das cotas em função de liquidação dos ativos.

Classe de Cotas e Estrutura do Fundo. O Fundo prevê classe de cotas seniores e cotas subordinadas. Sendo que as cotas de classe seniores possuem prioridade de recebimento de remuneração e amortização em relação as demais cotas subordinadas, no entanto, não há nenhum percentual mínima estabelecido de subordinação para as cotas seniores, o regulamento apenas estabelece que a razão entre o PL do Fundo e as cotas seniores deve ser maior ou igual a 1.

Remuneração das Cotas. Não há rentabilidade mínima estabelecida para as Cotas seniores. Todavia, o regulamento estabelece que as distribuições do Fundo, a título de earn-out deverão ocorrer da seguinte forma: (i) primeiro, 100% dos recursos deverão ser destinados aos titulares de Cotas Sênior, até que estes tenham recebido valores cumulativos de distribuições de

Proventos de Investimentos correspondentes à soma de (A) uma quantia equivalente ao Preço de Aquisição Desembolsado, conforme atualizado, em qualquer data de distribuição, pela variação acumulada da inflação positiva do IPCA que houver sido verificada entre a Data de Fechamento e a data de atualização do Preço de Aquisição, somada (B) a uma quantia equivalente a 4,50%do Preço de Aquisição Desembolsado ao ano conforme calculado, em qualquer data de distribuição, desde a Data de Fechamento, acrescido anualmente; e Remuneração das Cotas e do Gestor. (ii) segundo, (A) 10% dos recursos remanescentes serão destinados à Gestora; e (B) 90% serão destinados aos titulares de Cotas Sênior, até a verificação do atingimento do Limite Máximo Cotas Sênior, estabelecido em R$ 419.487.776,46. Uma vez atingido o referido limite, o percentual previsto nesta alínea será destinado aos titulares de Cotas Subordinadas, sem prejuízo do pagamento do percentual previsto na alínea (A) à Gestora.

Previsão de recebimento total dos Créditos. A amortização ocorrerá a qualquer tempo durante a operação do Fundo, mediante solicitação do Gestor do Fundo, conforme o pagamento das ações judiciais e/ou precatórios que compõem a carteira, desde que exista recursos para pagamentos das despesas ordinárias do Fundo, sendo assim, não é possível estabelecer um prazo médio estimado para o recebimento dos valores.

Histórico de pagamento de ações judiciais. O desempenho de pagamento de ações judiciais não segue um padrão específico, variando de acordo com a evolução de cada ação.

Boa Capacidade da Gestora do Fundo. Foi ponderado positivamente a boa capacidade e expertise da gestora, no que tange o conhecimento dos ativos passíveis de aquisição do Fundo, notadamente ações judiciais e precatórios.

Alteração do Ambiente Regulatório. Não há garantias de que a legislação que determina o pagamento seja alterada, frustrando as expectativas (de prazo ou forma de atualização dos valores devidos, por exemplo) que foram geradas no momento da aquisição dos créditos.

As ações oriundas de empresas com suas atividades ativas possuem um potencial risco de retrocessão, afetando o pagamento ou mesmo a validade da cessão, uma vez que parte dos recursos podem estar comprometidos em decorrência de impostos devidos, ações trabalhistas, dentre outras questões. Sendo assim, caso a decisão que deu origem ao Direito de Crédito seja revertida, as quantias devidas poderão ter que ser restituídas caso já tenham sido levantadas ou mesmo ter o seu levantamento suspenso temporariamente.

Além disso, a titularidade do Fundo quanto aos Direitos Creditórios poderá não ser reconhecida ou não ser válida, assim como um terceiro também pode alegar ser o legítimo titular dos Direitos Creditórios (devendo ocorrer uma disputa judicial para resolver o litígio). Desta forma, não é possível assegurar que nenhum terceiro irá contestar a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, baseado na invalidade ou fraude na cadeia da cessão decorrente de ações ou omissões do Cedente, Emissor ou do reclamante, como cessionário anterior, ou devido à existência de qualquer outro ônus decorrente de ações ou omissões do Cedente, Emissor ou do reclamante; impactando o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios.

É importante atentar que os Direitos Creditórios, sejam eles ações judiciais ou precatórios, estão sujeitos à capacidade dos seus devedores, entes públicos, em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Nesse contexto, a Liberum Ratings observa que a pandemia atual do Covid-19 tem provocado alterações significativas no orçamento das entidades de Direito Público, caracterizado pelo aumento de despesas de caráter contingencial, e, consequentemente, ao aumento do nível do endividamento público. Desta forma, os direitos creditórios analisados estão mais suscetíveis a não inclusão em seu respectivo orçamento de verbas relativas aos Direitos Creditórios originados de precatórios judiciais, ou mesmo se devidamente incluídos, suscetíveis a

inadimplência ou atrasos das Entidades de Direito Público.

Falta de ambiente de negócios regulado para os direitos creditórios passíveis de aquisição. Pesa negativamente, não só para o SGC UT FIDC-NP, mas para fundos que adquiram ativos similares, a falta de ambiente de negócio regulado para tais títulos, abrangendo o registro e o mercado organizado para negociação dos mesmos. Tais fatos agregariam maior segurança ao processo de alocação. Não existe um mercado secundário organizado para esse tipo de ativo, o que impacta negativamente seu perfil de liquidez.

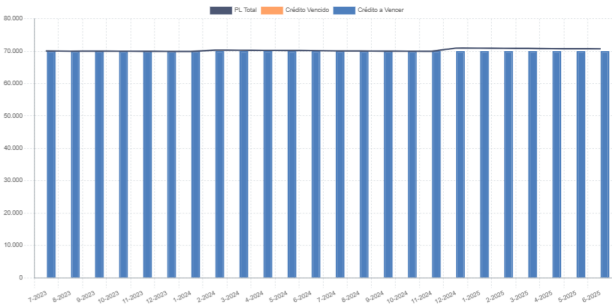
LÂMINAS

Nesta seção são apresentados dados históricos de performance do Fundo, conforme fornecidos à Liberum Ratings por parte de suas respectivas Administradoras. Os dados recebidos são trabalhados pela Liberum para fins de cálculo de diversos indicadores, apresentados em gráficos e tabelas, tal como se segue.

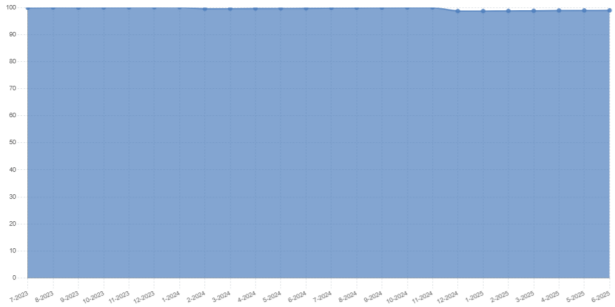
Composição do PL (R$ mil)

Período	PL	Créditos AV	Créditos V	Op. Comp.	Fundos de Invest.	Títulos Públicos	Tesouraria	CDB	Pagar/Receber	Outros	PDD
7-2024	70.081	70.000	0	0	98	0	0	0	-17	0	0
8-2024	70.046	70.000	0	0	64	0	0	0	-19	0	0
9-2024	70.012	70.000	0	0	31	0	0	0	-20	0	0
10-2024	69.985	70.000	0	0	6	0	0	0	-21	0	0
11-2024	69.959	70.000	0	0	4	0	0	0	-45	0	0
12-2024	70.916	70.000	0	0	1.002	0	0	0	-87	0	0
1-2025	70.914	70.000	0	0	0	978	0	0	-65	0	0
2-2025	70.871	70.000	0	0	961	0	0	0	-91	0	0
3-2025	70.849	70.000	0	0	944	0	0	0	-95	0	0
4-2025	70.770	70.000	0	0	846	0	0	0	-76	0	0
5-2025	70.753	70.000	0	0	770	0	0	0	-18	0	0
6-2025	70.733	70.000	0	0	749	0	0	0	-17	0	0

Composição do PL (R$ mil) - Gráfico



Alocação (Carteira % do PL + PDD)



PL das Cotas (R$ mil)

Período	FIDC	Senior	Subordinada
7-2024	70.081	67.864	2.217
8-2024	70.046	67.829	2.217
9-2024	70.012	67.795	2.217
10-2024	69.985	69.985	0
11-2024	69.959	69.959	0
12-2024	70.916	70.916	0
1-2025	70.889	70.889	0
2-2025	70.871	70.871	0
3-2025	70.849	70.849	0
4-2025	70.770	70.770	0
5-2025	70.753	70.753	0
6-2025	70.733	70.733	0

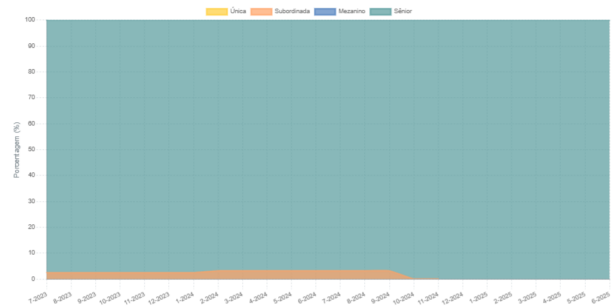
Quantidade de Cotas

Período	Senior	Subordinada
7-2024	71.523.552,47	1.497.076,58
8-2024	71.523.552,47	1.497.076,58
9-2024	71.523.552,47	1.497.076,58
10-2024	71.523.552,47	1.497.076,58
11-2024	71.523.552,47	1.497.076,58
12-2024	71.523.552,47	1.497.077,00
1-2025	71.523.552,73	2.497.076,58
2-2025	71.523.552,47	2.497.076,58
3-2025	71.523.552,47	0,00
4-2025	71.523.552,47	2.497.076,58
5-2025	71.523.552,47	2.497.076,58
6-2025	71.523.552,47	2.497.076,58

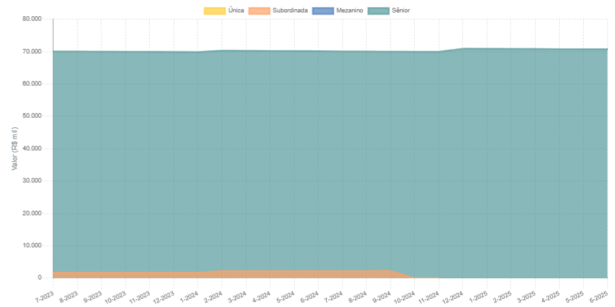
Valor das Cotas (R$)

Período	Senior	Subordinada
1-2025	0,99	0,00
2-2025	0,99	0,00
3-2025	0,99	0,00
4-2025	0,99	0,00
5-2025	0,99	0,00
6-2025	0,99	0,00
7-2024	0,95	1,48
8-2024	0,95	1,48
9-2024	0,95	1,48
10-2024	0,98	0,00
11-2024	0,98	0,00
12-2024	0,99	0,00

Composição do PL por Classe (% do PL) - Gráfico



PL das Cotas (R$ mil) - Gráfico



Captações (R$)

Período	Senior	Subordinada
7-2024	0	0
8-2024	0	0
9-2024	0	0
10-2024	0	0
11-2024	0	0
12-2024	0	1.000.000
1-2025	0	0
2-2025	0	0
3-2025	0	0
4-2025	0	0
5-2025	0	0
6-2025	0	0

Resgates e Amortizações (R$)

Período	Senior	Subordinada
7-2024	0	0
8-2024	0	0
9-2024	0	0
10-2024	0	0
11-2024	0	0
12-2024	0	0
1-2025	0	0
2-2025	0	0
3-2025	0	0
4-2025	0	0
5-2025	0	0
6-2025	0	0

Rentabilidade Mensal (%)

Período	Subordinada	Única
7-2024	0,0%	0,0%
8-2024	0,0%	0,0%
9-2024	0,0%	0,0%
10-2024	0,0%	0,0%
11-2024	0,0%	0,0%
12-2024	0,0%	0,0%
1-2025	0,0%	0,0%
2-2025	0,0%	0,0%
4-2025	0,0%	0,0%
5-2025	0,0%	0,0%
6-2025	0,0%	0,0%

CRITÉRIOS DA ANÁLISE

METODOLOGIA UTILIZADA

Metodologia(s) Liberum Ratings de Finanças Estruturadas e Metodologia de Monitoramento. Saiba mais em: www.liberumratings.com.br/pt/publications-methodologies.php

ESCALAS DE AVALIAÇÃO

Escala(s) Liberum Ratings de Crédito - Longo Prazo / Crédito - Curto Prazo Saiba mais em: http://www.liberumratings.com.br/pt/publications-scales.php

FREQUÊNCIA DE MONITORAMENTO

A política de monitoramento de ratings para esta(s) classe(s) de ativo(s) é descrita na Metodologia de Ratings de Finanças Estruturadas disponível no site da Liberum Ratings. www.liberumratings.com.br

PROCESSO DE DILIGÊNCIA SOBRE OS ATIVOS DE FINANÇAS ESTRUTURADAS

A presente avaliação se apoiou, entre outros, no uso de bases de dados históricas e comparativas para este tipo de ativo e o uso de modelos de análise proprietários, os quais consideram aspectos qualitativos e quantitativos especificamente associados a este tipo de ativo. (fe) representa o sufixo utilizado, pela Liberum Ratings, para ratings atribuídos a Finanças Estruturadas

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Privacidade e segurança são prioridades e nos comprometemos com a transparência do tratamento de dados pessoais dos nossos usuários/clientes. Por isso, estamos sob as normas da Constituição Federal de 1988 (art. 5º, LXXIX; e o art. 22º, XXX – incluídos pela EC 115/2022), das normas de Proteção de Dados (LGPD, Lei Federal 13.709/2018), das disposições consumeristas da Lei Federal 8078/1990 e as demais normas do ordenamento jurídico brasileiro aplicáveis.

DECLARAÇÕES REGULAMENTARES E INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- A Liberum Ratings está avaliando esta espécie de ativo financeiro pela primeira vez? Não
- Esta classificação foi comunicada a entidade avaliada ou partes relacionadas a ela e em decorrência desse fato, a nota atribuída foi alterada antes da emissão deste relatório? Não
- Informações posteriores a essa data podem causar a alteração da classificação ou dos fundamentos expostos neste relatório.
- As informações disponíveis para a emissão da classificação e, consequentemente, deste relatório foram consideradas suficientes e alinhadas com os requerimentos metodológicos aplicáveis para a mesma. As informações utilizadas foram encaminhadas pelo Administrador do Fundo, pelo Custodiante e pelo Consultor dos Direitos Creditórios. Também foram utilizadas informações de domínio público e privado.
- A Liberum Ratings prestou outros serviços para a entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não
- Houve serviços prestados por partes relacionadas da Liberum Ratings para entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não
- A classificação de risco foi contratada por terceiros, outros que a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não
- A entidade avaliada ou parte a ela relacionada é responsável por mais de 5% da receita anual da Liberum Ratings? Não.A Liberum Ratings publica anualmente a lista de entidades que representam mais do que 5% do seu faturamento em seu Formulário do Anexo 13. Acesse o formulário no site www.liberumratings.com.br.
- A Liberum Ratings, seus analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão de uma determinada classificação de risco, seus cônjuges, dependentes ou companheiros, tem, direta ou indiretamente, interesses financeiros e comerciais relevantes em relação à entidade avaliada? Não
- Os analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco tem vínculo com pessoa natural que trabalhe para a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não
- Os procedimentos adotados para a emissão desta classificação de risco e emissão de relatório de rating estão enquadrados nos critérios estipulados no Código de Conduta desta Agência bem como nos seus procedimentos de Controles Internos e o Compliance.
- A estrutura da operação avaliada apresenta concentração superior a 50% em um único devedor e/ou coobrigado? Não
- Há informação suficiente para a análise dos principais aspectos de governança corporativa do devedor e/ou coobrigado da operação? Não
- Este relatório padrão foi desenvolvido com o suporte de técnicas avançadas de machine learning? Sim

A Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. (Liberum Ratings) emite seus pareceres, opiniões e demais materiais com base em informações encaminhadas por terceiros, dados que são considerados confiáveis e precisos. No entanto, há a possibilidade de erros de ordem humana, técnica ou de qualquer outra índole na elaboração e transmissão dessas informações. Nesses casos, a Liberum Ratings não faz nenhuma representação, nem avaliza, garante ou se responsabiliza - de forma explícita ou implícita – por erros ou omissões nos dados recebidos, ou, ainda, sobre a exatidão, completude, resultados, abrangência e integridade dos mesmos.

Também não se responsabiliza por erros, omissões, resultados de opiniões ou análises que derivem de tais informações. O processo de análise utilizado pela Liberum Ratings não compreende a auditoria ou a verificação sistemática de tais informações. Eventuais investigações para a checagem desses dados variam, dependendo de fatos e circunstâncias.

Sob nenhuma circunstância, a Liberum Ratings, seus diretores, empregados, prestadores de serviços ou agentes serão responsabilizados civilmente ou de qualquer outra forma por quaisquer danos diretos, indiretos ou compensações, incluindo, mas não se limitando, a perda de dinheiro, lucros ou good will; pelo tempo perdido durante o uso ou impossibilidade de uso do website ou durante o prazo necessário para avaliação das informações recebidas e na elaboração das análises e opiniões, divulgadas ou não em seu website; por ações ou decisões tomadas com base nas opiniões da Liberum Ratings e demais informações veiculadas pelo seu website; por erros em quaisquer circunstâncias ou contingências, de controle ou não da Liberum Ratings e de seus agentes, originados pela comunicação, análise, interpretação, compilação, publicação ou entrega de quaisquer informações contidas e/ou disseminadas pelo website da Liberum Ratings.

Os ratings e quaisquer outras opiniões emitidas pela Liberum Ratings, ou outros materiais, são disponibilizados em seu website (www.liberumratings.com.br). Tais publicações são meras opiniões e devem ser interpretadas como tal. De nenhum modo e sob nenhuma circunstância devem ser consideradas como fatos ou verdades sobre a capacidade de crédito do emissor ou ativo financeiro (de crédito ou de qualquer outra índole) avaliado. Portanto, não representam, de nenhuma forma, recomendação para aquisição, venda ou manutenção de ativos em portfólio. Desse modo, as avaliações emitidas pela Liberum Ratings não são, nem substituem, prospectos ou demais informações, obrigatórias ou não, fornecidas ou apresentadas aos investidores e seus agentes na venda ou distribuição de ativos financeiros. Em razão de mudanças e/ou indisponibilidade de informações tidas como necessárias para a emissão e descontinuidade do monitoramento do rating, ou outros fatores considerados pertinentes, as classificações de risco emitidas pela Liberum Ratings podem ser alteradas, suspensas ou retiradas a qualquer momento. Os ratings públicos emitidos pela Liberum Ratings são atualizados em seu website (www.liberumratings.com.br).

Na maior parte dos casos, os trabalhos realizados pela Liberum Ratings são remunerados pelos emissores, estruturadores ou garantidores dos ativos avaliados.

Liberum Ratings

contato@liberumratings.com.br
+55 (11) 3165-4222
Rua Bandeira Paulista, N° 530, Conjunto 53, Itaim Bibi
São Paulo - SP, CEP: 04532-001